

<https://doi.org/10.21680/2764-6076.2024v3n4ID36470>

“NOS CHAMAM DE VENECO”: VOZES E IDENTIDADES DE CRIANÇAS MIGRANTES VENEZUELANAS NO BRASIL

Silvana Bezerra de Castro Magalhães¹

Ananda da Luz Ferreira²

Soraia Wanderosck Toledo³

Anna Paula Oliveira da Silva⁴

Elizete Lima Vieira⁵

RESUMO

O presente artigo é fruto de pesquisas de campo realizadas nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, no Estado de Roraima, com crianças migrantes venezuelanas. Foi realizado um trabalho de escuta com as crianças refugiadas da Venezuela para o Brasil partindo da concepção de que o lugar da criança é na cultura e no mundo como um todo, função social que implica produzir necessários deslocamentos teóricos, discursivos e subjetivos, buscando romper com o viés adultocentrado que permeia os espaços e as relações entre o adulto e a criança na sociedade moderna. Desse modo, a proposta metodológica para a pesquisa parte de uma escuta sensível que objetiva conferir aos sujeitos infantis o papel social de protagonistas de suas existências. Para isso, foram realizados grupos focais com as crianças, com mediação de leitura de um conto, as quais podiam ser guiadas ou livres, trazendo questões e vivências das crianças, atividades de expressão plásticas, dentre outras atividades que as crianças eram convidadas a participar. Os resultados do trabalho nos levam a refletir sobre a construção

¹ Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6761576014557503> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1674-3207>
E-mail: silvanaped@hotmail.com

² Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7811317886378954> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6979-836X>
E-mail: anandaluzananda@gmail.com

³ Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1803564970032653> Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-2506-8044>
E-mail: soraia.toledo@cefet-rj.br

⁴ Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4466957079743836> Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-3904-0604>
E-mail: annapaula.paraty@hotmail.com

⁵ Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6412-1872> E-mail: zaza@psmail.net

identitária dos pequenos migrantes e a importância de um comprometimento ético e político com as questões migratórias.

PALAVRAS-CHAVE: Refugiados venezuelanos; sociologia da infância; crianças migrantes; escuta das crianças.

“THEY CALL US VENECO”: VOICES AND IDENTITIES OF VENEZUELAN
MIGRANT CHILDREN IN BRAZIL

ABSTRACT

This article is the result of research conducted in the cities of Boa Vista and Pacaraima, in the state of Roraima, with Venezuelan migrant children. A listening exercise was conducted with refugee children from Venezuela to Brazil, based on the concept that the place of children is in culture and in the world as a whole, a social function that implies producing necessary theoretical, discursive and subjective shifts, seeking to break with the adult-centered bias that permeates the spaces and relationships between adults and children in modern society. Thus, the methodological proposal for the research is based on sensitive listening that aims to give children the social role of protagonists of their lives. To this end, focus groups were held with the children, with mediated reading of a story, which could be guided or free, bringing up questions and experiences of the children, artistic expression activities, among other activities in which the children were invited to participate. The results of the work lead us to reflect on the identity construction of young migrants and the importance of an ethical and political commitment to migration issues.

KEYWORDS: Venezuelan refugees; sociology of childhood; migrant children; listening to children.

INTRODUÇÃO

A questão migratória no mundo contemporâneo é uma das problemáticas humanitárias mais complexas e desafiadoras dos últimos anos. Os motivos pelos quais há um aumento do trânsito de pessoas são diversos, podendo estar relacionados às crises econômicas, à intolerância religiosa, a conflitos étnicos, culturais e políticos, além de epidemias, guerras e

catástrofes ambientais. Dessa forma, todos os dias, milhares de pessoas pelo mundo deixam seu país de origem em busca de melhores condições de vida, seja na condição de migrante ou de refugiado.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2016), os migrantes são pessoas que fazem a escolha pelo deslocamento por livre e espontânea vontade, seja para viver próximo de um familiar, para estudar ou na busca de trabalho. Para o migrante, a motivação é pessoal e não compulsória, além de receber auxílio e/ou proteção do governo do seu país. Muitos se deslocam pelas condições sociais e econômicas extremas buscando melhores condições de vida e sobrevivência.

Já o conceito de refugiado abarca as pessoas que se encontram fora do seu país devido ao temor de perseguição por questões étnicas, religiosas, de gênero, políticas e sociais. Os refugiados, por essas razões, são impedidos de voltar para seu país de origem, ou não desejam regressar, pois não são acolhidos em seus modos de vida. Definições mais amplas e recentes consideraram como refugiadas as pessoas obrigadas a deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos. O refugiado não tem o direito de retornar ao seu país em segurança, caso deseje, diferente do migrante que possui o direito de ir e vir (ACNUR, 2016).

Diante desse contexto complexo de migração e deslocamentos forçados, encontram-se as crianças, que somam quase metade de todos os refugiados no mundo. Aproximadamente 36,5 milhões (41%) dos 89,3 milhões de pessoas deslocadas à força são crianças com menos de 18 anos. Entre 2018 e 2021, uma média de 350.000 a 400.000 de crianças nasceram por ano já na condição de refugiadas (ACNUR, 2022).

Segundo a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o número de crianças refugiadas e migrantes cresce exponencialmente a cada ano no mundo todo e atingiu um recorde, aumentando quase cinco vezes desde 2010. Além dessa problemática, soma-se a tragédia do deslocamento forçado de crianças sem as suas famílias. Pelo menos 300 mil crianças desacompanhadas e separadas de suas famílias foram registradas em cerca de 80 países no biênio 2015-2016, contra 66 mil em 2010-2011 (UNICEF, 2015/2016).

No Brasil, o percentual que representa a quantidade de imigrantes que chegam ao país, é considerado baixo. Oliveira (2020) afirma que os dados da Polícia Federal, instituição responsável por controlar a entrada e saída de pessoas do país, informam que “a população estrangeira no Brasil representa cerca de 750 mil pessoas, o que, em um universo de 207 milhões de habitantes, chega a um percentual de 0,4%.” (Oliveira, 2020, p. 04). O quantitativo de crianças migrantes em solo brasileiro também é considerado pequeno e uma das principais razões para este dado pode ser em função de países com crises humanitárias como os do Oriente Médio e da África serem distantes, encarecendo a viagem de crianças.

Contudo, nos últimos anos, houve um aumento do contingente de migrantes venezuelanos em solo brasileiro. A ACNUR (2022) assevera que desde 1985, o Brasil reconheceu cerca de 60 mil pessoas como refugiadas, a maioria delas (48.789) proveniente da Venezuela. No ano de 2021, dos pedidos confirmados de reconhecimento da condição de refugiados, 50,4% foram de crianças e adolescentes entre 5 e 14 anos (ACNUR, 2022).

Para refletirmos sobre a migração infantil é importante a compreensão de que ela se apresenta como um desafio ainda maior, com questões profundas a serem discutidas, refletidas e transformadas, pois:

Entende-se que uma criança migrante condensa uma dupla situação de vulnerabilidade, relativas à idade e condição migratória, que demanda uma proteção específica e adequada de seus direitos por parte dos Estados (de origem, trânsito e destino) e de outros atores envolvidos (Fabiano, 2021 p.3).

Dessa forma, a criança migrante e/ou refugiada precisa ser protegida, acolhida e colocada no centro dos processos que conduzirão seus caminhos em uma nova realidade. Estimular, apoiar e dar visibilidade às ações que reflitam sobre a legislação vigente no sentido de garantir o amparo legal que essas crianças precisam é de suma importância, mas não só. É fundamental ser reservado a elas o direito de falar sobre si e de participar das discussões que poderão impactar significativamente suas vidas.

Nesse contexto, temos que ressaltar a necessidade de pensarmos as crianças como tal e refletirmos sobre as nuances e estigmas que podem estar associados a limitar essa criança apenas à categoria de criança refugiada. É necessária uma escuta ativa dessas crianças, das suas histórias, para a garantia efetiva de seus direitos, reconhecendo-as como cidadãs no que tange a valorização das suas falas e percepção da realidade em que vivem (Qvortrup, 1994). Considerar as complexidades e as individualidades de suas próprias narrativas e percepções de mundo e, com elas, criar possibilidades de pontes, travessias e representações são caminhos para a construção de um futuro mais humano, mais digno e, quiçá, mais seguro.

Desse modo, o presente artigo tem por finalidade discorrer acerca da investigação sobre os desafios enfrentados por crianças que migraram da Venezuela para o Brasil, e estavam, de modo temporário ou já instaladas, nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, ambas no estado de Roraima, região Norte do Brasil. A pesquisa está em andamento e tem como mote a escuta das narrativas dessas crianças sobre suas próprias condições. O trabalho de

campo a ser detalhado neste artigo ocorreu em três momentos distintos, abrangendo o período de 2019 a 2022, sendo realizado pelas integrantes do GEPICES- Grupo de Estudos e Pesquisas em Infâncias, Culturas, Educação e Sociedade do CEFET- RJ.

Este artigo está dividido em três seções: a primeira se propõe a fazer uma breve exposição sobre o conceito de Infâncias Migrantes; a segunda seção está dedicada à descrição do campo da pesquisa, assim como seus objetivos e a metodologia utilizada. Por fim, a última seção destaca uma das categorias que compõem o quadro que se formou com a análise do material coletado com a pesquisa, sendo ela Identidades Migrantes Infantis e as considerações finais.

INFÂNCIAS MIGRANTES: O PROTAGONISMO NECESSÁRIO

O mundo de hoje percebe refugiados e migrantes oriundos de países em desenvolvimento ou com crises econômicas e humanitárias como os indesejáveis, excluindo-os e/ou colocando-os numa zona de invisibilidade. São os diferentes, os “não produtivos” ou “dejetos humanos-supranumerários”, como bem nos alerta Bauman (2016). Migrantes e refugiados são “estranhos à nossa porta”, que causam repúdio, seja pela diferença cultural, ou pela imprevisibilidade social e econômica que trazem. De acordo com Bauman:

A migração em massa não é de forma alguma um fenômeno recente. Ele tem acompanhado a era moderna desde seus primórdios (embora com frequência mudando e por vezes revertendo a direção) - já que nosso modo de vida moderno inclui a produção de “pessoas redundantes” (localmente inúteis, excessivas ou não empregáveis, em razão do progresso econômico; ou localmente intoleráveis, rejeitadas por agitações, conflitos e dissensões causados por transformações

sociais/políticas e subsequentes lutas pelo poder) (Idid, 2016, p. 09).

As pesquisas desenvolvidas no âmbito do campo dos Estudos da Infância (Corsaro, 2011; Pinto e Sarmiento, 1997; Qvortrup, 1994; Sirota, 2001) nos ajudam com reflexões teóricas e metodológicas a pensar sobre as crianças e nossas ações com elas, revendo nossas representações sobre o lugar das mesmas, vendo a infância como um período socialmente construído e uma forma estrutural. Corsaro (2011, p.15) afirma que “as crianças são agentes sociais, ativos e criativos, que produzem suas próprias e exclusivas culturas infantis, enquanto, simultaneamente, contribuem para a produção das sociedades adultas”. Dessa forma, elas conseguem tecer reflexões sobre o que as afetam.

Ao refletirmos sobre a população infantil migrante e refugiada, é urgente que avancemos em um processo de escuta para que estes seres de pouca idade possam construir relações saudáveis e alegres nos novos territórios que adentram. É relevante que nas pesquisas haja questionamentos: o que elas têm a nos dizer? O que elas sabem sobre sua condição, contexto, desafios e perspectivas? Como elas percebem as mudanças que vivenciaram? Quais são as perspectivas delas ao chegarem em um novo território?

Ainda porque só é possível compreender a população migrante e/ou refugiada na totalidade, com todas as demandas envolvidas, se houver uma escuta de todas as categorias: adultos, idosos, mulheres, crianças, pais, mães, para, então tentarmos compreender as subjetividades em diálogo com a coletividade.

Investigar percepções sobre a realidade das crianças junto a elas, é um processo que vem se construindo nas pesquisas à medida que emergem

novos conceitos e abordagens metodológicas, favorecendo um olhar a partir das suas perspectivas culturais. É recorrente a compreensão da criança, muitas vezes, como a "sem-fala", ou melhor, sem o direito de serem escutadas e, em muitas pesquisas, são compreendidas como objetos e não como sujeitos. Ter a criança como protagonista das ações e, no caso desse debate, a criança migrante/refugiada, ainda é um grande desafio que tentamos construir em nossos discursos, pesquisas e construções práticas. Para isso, precisamos adotar uma perspectiva horizontal das relações para não projetar o nosso olhar sobre as crianças, colhendo delas apenas aquilo que é o reflexo das nossas representações (Pinto e Sarmiento, 1997, p.78).

Sendo as crianças operadoras de suas infâncias, as crianças migrantes e/ou refugiadas não diferem, elas estão construindo suas histórias. As nossas ações precisam trazer a condição histórica e concreta das suas existências e não mais olhar para a criança apenas como indivíduo bio/psicológico ou, quando se trata da criança migrante/refugiada, como indivíduo/objeto traumatizado e foco das nossas intervenções humanitárias. Para Bhabha (2014), as crianças migrantes deveriam ser tratadas primeiramente como sujeitos de direitos que necessitam de proteção, do mesmo modo que as crianças nacionais que carecem de cuidados familiares, e posteriormente, como migrantes.

A desconstrução de nosso olhar adultocêntrico, que se percebe numa relação de poder em relação às crianças e seus saberes (Friedmann, 2020), abre janelas novas para a construção de práticas desafiadoras. É importante que saíamos do centro das ações para reverter essa lógica do adulto como detentor de conhecimentos e do saber nas relações institucionais e cotidianas com a criança migrante/refugiada.

Quando defendemos a participação e o direito à fala e aos protagonismos das crianças em contextos de vulnerabilidade, precisamos pensar com cuidado e de forma mais atenta algumas questões já consideradas. Despindo-nos de uma percepção única sobre a situação de vulnerabilidade que a criança está vivendo no momento, pois seria limitador e uma forma de negar o protagonismo das crianças. Soares (2005), pautado no diálogo com Landsdown, aponta dois tipos de vulnerabilidade que são aprofundados e discutidos no campo da participação infantil: a vulnerabilidade inerente e a vulnerabilidade estrutural.

A vulnerabilidade inerente, tem a ver com a debilidade física, a imaturidade, a falta de conhecimento e experiência das crianças que as torna dependentes da proteção do adulto – este aspecto é inquestionável e tão mais visível quanto mais pequena for a criança. A vulnerabilidade estrutural, relaciona-se com a falta de poder político e econômico e de direitos civis das crianças. A vulnerabilidade estrutural é uma construção social e política, que deriva de atitudes históricas e das presunções acerca da natureza da infância e da própria sociedade (Soares, 2005, p.02).

Temos uma tendência para valorizar em demasia a vulnerabilidade inerente e uma insuficiente focalização para tentar compreender os fatores sócio estruturais que invisibilizam o estatuto político-social das crianças.

Partimos do grande desafio de não negarmos as diferentes vulnerabilidades e condições sociais e históricas das crianças migrantes/refugiadas, mas, ao mesmo tempo, valorizar as potencialidades e amplificar o direito à fala e a participação de todas as crianças, em especial as que não tem espaço e direitos resguardados. O conceito de vulnerabilidade nessas duas dimensões não podem ser escudos para continuarmos silenciando as crianças migrantes e não olhando para elas como sujeitos de suas próprias histórias.

SITUANDO OS ESPAÇOS/CONTEXTOS DA PESQUISA E A METODOLOGIA UTILIZADA

SOBRE OS ESPAÇOS/ CONTEXTOS

A pesquisa em questão ocorreu em três períodos distintos, abrangendo o ano de 2019 a 2022, nas cidades de Boa Vista e Pacaraima, ambas situadas no estado de Roraima, lugar que, segundo os dados divulgados pelo Censo 2022, evidenciou 7 mil pessoas, das quais 2,5 mil são crianças e adolescentes, vivendo nos abrigos da Operação Acolhida em Roraima, em cerca de 1.800 residências temporárias de pessoas refugiadas e migrantes abrigadas. Tivemos o consentimento formal das instituições para a realização da pesquisa, bem como dos pais e responsáveis das crianças e das próprias crianças. Com as crianças foi criado um termo de consentimento com desenhos e escrita que, aquelas que decidiam participar, após a explicação do que aconteceria, desenhavam ou assinavam seus nomes.

A escolha por estas cidades deveu-se ao fato de acolherem um número significativo de crianças venezuelanas residentes em abrigos provisórios esperando por processos de interiorização. A pesquisa teve a parceria e o apoio das ONGs Visão Mundial e Retalhos de Esperança e objetivou a realização de atividades que facilitassem o trabalho de escuta ativa com crianças. As etapas da pesquisa foram organizadas da seguinte forma:

- i) Uma primeira escuta no ano de 2019 durante o período de uma semana na cidade de Pacaraima em um abrigo de refugiados – Grupo de 25 crianças de 07 à 13 anos - projeto da ONG Visão Mundial;

ii) Uma segunda escuta em outubro de 2021 na cidade de Pacaraima - Grupo de 26 crianças de 06 à 14 anos - Projeto OPA - abrigo de refugiados;

iii) Uma terceira escuta em julho de 2022 - Projeto OPA (abrigo de refugiados em Pacaraima com 45 crianças), e, ainda em Pacaraima, o projeto da ONG Visão Mundial com 26 crianças de 06 à 14 anos. Em Boa Vista, 16 crianças (projetos socioeducativos da ONG Visão Mundial onde as crianças migrantes dos abrigos iam parte do dia para atividades). Idades de 06 à 13 anos.

PACARAIMA

A cidade de Pacaraima está localizada na mesorregião norte do estado de Roraima, fazendo fronteira com a Venezuela. De clima ameno, com seus 920m de altitude, Pacaraima está localizada na Reserva Indígena São Marcos. A região central da cidade é uma localidade não-indígena do município. Na Reserva, habitam os povos Macuxi, Taurepang e Wapichana e, atualmente, há indígenas venezuelanos Warao que migraram para a região. Pacaraima faz conexão direta com Boa Vista-RR/Brasil por intermédio da BR-174. Entre as cidades são 213Km de rodovia em condições precárias, com buracos ao longo de toda a estrada e parte dela com obras descontinuadas, como foi constatado no campo da pesquisa.

A cidade é a porta de entrada dos imigrantes venezuelanos no Brasil e possui um grande aparato das Operações Governamentais de acolhida, abrigos oficiais da ACNUR e abrigos informais de ONGs, Igrejas e agremiações. Na cidade de Pacaraima, os locais de coleta de dados foram:

- 2 Projetos da ONG Visão Mundial - Igreja Batista (durante os anos de 2019 e 2022)

- Projeto OPA - Abrigo informal para refugiados (durante os anos de 2019, 2021 e 2022)

No ano de 2020 não houve coleta de dados em função da pandemia da Covid-19, que exigiu distanciamento e isolamento social em todo o mundo.

BOA VISTA

Capital do estado brasileiro de Roraima, Boa Vista é uma cidade moderna, localizada totalmente ao norte da Linha do Equador. O desenho radial de seu planejamento urbano, constituído entre os anos de 1944 e 1946, imprime à cidade mobilidade e amplitude: ruas largas, prédios em sua maioria com um ou dois pavimentos. Boa Vista teve seu crescimento ligado muito fortemente ao garimpo, em meados da década de 1940, mas, segundo Souza (2009), a capital, a partir dos anos 1960, esteve ligada aos processos migratórios, relacionados ao povoamento da região Norte. Nesses processos migratórios, havia destaque para a imigração de pessoas da região nordeste do país. Com a crise na Venezuela, o estado de Roraima e, em especial, sua capital, recebeu novo contingente migratório de pessoas deste país.

Na cidade de Boa Vista os dados foram coletados em 2022 no Espaço Amigável, projeto da ONG Visão Mundial que atende crianças e famílias refugiadas da cidade para atividades socioeducativas.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a construção desses processos com as crianças, mobilizando seus discursos e suas presenças, somos desafiados a uma imaginação metodológica criativa, com ferramentas polifônicas, nos descentrando o tempo todo do nosso lugar de adultos detentores do saber e do discurso correto, para nos tornar parceiros de caminhada nas travessias (Fernandes, 2006).

As crianças são membros ou operadores de suas infâncias, e as crianças migrantes/refugiadas estão construindo suas histórias. As nossas ações e metodologias precisam trazer a condição histórica e concreta das suas existências e não mais olhar para a criança apenas como indivíduo biológico ou, quando se trata da criança migrante/refugiada, como indivíduo/objeto traumatizado e foco das nossas intervenções humanitárias.

Propomos, então, uma lógica renovada, que inclua adultos e crianças em processos e ações comuns, rentabilizando as linguagens e competências de ambos, assumindo a participação como um pressuposto básico do processo. Tal significa que a definição de estratégias de intervenção deverá ser um processo partilhado, não isento de conflitos e negociado com cada um dos seus interessados, implicando as crianças nestes processos, de forma a promover práticas sociais significativas, implicadas e vividas por todos os actores sociais, adultos e crianças (Fernandes e Tomás, 2013, p. 206).

Pesquisar sob a égide de perspectivas metodológicas pautadas na escuta das crianças requer construção de espaços dialógicos seguros em que a criança possa expressar seu pensamento, expor suas formulações e questões sobre a temática. Pois, como Guimarães afirma, “numa prática dialógica, confirma-se o lugar ativo e interativo da criança, a importância da sua palavra e da sua presença” (Guimarães, 2011, p. 50).

Diante desse contexto, a pesquisa buscou evidenciar a própria criança como ator, como sujeitos de direitos que narram suas próprias histórias diante do seu ser e estar no mundo. Desse modo, trabalhamos sob uma perspectiva de tradução dos significados e falas, atentos às diferentes linguagens e produções de sentido, sem perder de vista os contextos sociais, econômicos, políticos, ideológicos que se imbricam nas dinâmicas migratórias. A partir das escutas das crianças, buscamos compreender o que é e como é migrar nas condições que se materializaram para essas pessoas e ampliar o debate em torno da temática.

ORGANIZAÇÃO E PROCESSOS DAS COLETAS DE DADOS

Neste item, apresentamos uma síntese dos processos de coleta de dados realizados nas três etapas da pesquisa nos anos de 2019, 2021 e 2022. É importante salientar que todas as atividades de coleta de dados foram previamente acordadas com as instituições, com os responsáveis legais das crianças e, essencialmente, com as próprias crianças. Na perspectiva de respeito e ética para com o direito à fala ou ao silêncio, cada criança foi consultada e, caso quisesse participar, construímos coletivamente um acordo registrado em escrita ou desenho pelas próprias crianças, com suas devidas assinaturas (Kramer, 2002).

Na primeira escuta da presente pesquisa, no ano de 2019, foram realizados grupos focais com as crianças da cidade de Pacaraima, num abrigo ligado à ONG Visão Mundial que atendia os migrantes de passagem até serem interiorizados em outros locais do país. As famílias ficavam, em média, de um até seis meses na cidade.

Os grupos focais foram organizados a partir da proposição das seguintes questões: “Como você chegou aqui?” / “Fale sobre o Antes (Venezuela) e o agora (Brasil)”. A partir dessa proposta ampla, as crianças podiam livremente se expressar pela fala e conversa no grupo. Naquele momento, houve um trabalho com um grupo bastante expressivo, contendo 25 crianças, com idades entre 7 e 13 anos. Como descrito anteriormente as crianças foram convidadas a participar e, aquelas que aceitaram, assinaram um termo de consentimento.

Em um segundo momento, as mesmas crianças foram convidadas a se expressarem pelo desenho ou pela escrita, a escolha de cada uma, sobre as mesmas questões citadas anteriormente. Foram registrados todos os momentos com áudios e fotografias com autorização formal dos projetos bem como dos pais e responsáveis.

Na segunda e terceira escutas, nos anos de 2021 e 2022, foi utilizada a literatura infantil com recurso para construir diálogos durante os trabalhos de campo. Em 2021 trabalhamos com um grupo de 26 crianças de 06 à 14 anos e em 2022 com dois grupos, um em Pacaraima com 26 crianças de 6 à 14 anos e outro em Boa Vista com um grupo de 16 crianças de 06 à 13 anos.

Após a escuta de 2019, e a partir da fala das crianças, foi escrito um conto pela coordenadora da pesquisa que, posteriormente, transformou-se em um livro.

O livro “El Reino de Aqui” traz a história de uma menina refugiada venezuelana no seu percurso de migração, desafios e superações. A história foi elaborada a partir dos diferentes tempos/lugares que os migrantes enfrentam em suas trajetórias. O Antes que envolve as decisões e o processo de saída, o Agora – que é o lugar do Reino do Aqui – remete a chegada no

país para onde se decidiu migrar e o Depois - futuro com todos os desafios de adaptação e mudanças culturais.

A partir da leitura do conto, as crianças foram convidadas a expressarem suas próprias vivências e histórias sobre o Antes, o Agora e o Depois. Todas as crianças recebiam um livro e um kit de materiais para trabalho artístico (lápis, papel, revistas, caderno, tesoura, cola, giz de cera). Em todos os grupos foi realizado uma mediação da leitura, com as crianças se expressando em relação ao conto e relacionando suas histórias à da personagem do livro. Foi um encontro de narrativas, histórias de vida e afetos.

A partir da ideia dos tempos da migração, as escutas foram divididas em três etapas e, em cada uma delas, foram usados recursos artísticos para a livre expressão das crianças sobre os processos migratórios e a explicitação das suas identidades. Os recursos utilizados foram: atividades com colagens de imagens, pinturas, construção de diários pessoais e caixa do eu (*self-box*), no qual eram convidadas para expressar livremente como se viam e percebiam no espaço. Todas as oficinas eram precedidas por atividades de dinâmicas lúdicas com músicas e brincadeiras e, ao final, as crianças tinham um momento para falar e expressar os sentidos dos seus trabalhos, suas alegrias e angústias sobre as próprias vidas e condições migrantes.

Durante todo o processo foram realizadas um total de quatro oficinas com cada grupo anteriormente citado. Para registro das atividades de campo, foram utilizados recursos de gravação de áudio e vídeo, bem como registros fotográficos em todos os encontros.

ANÁLISE DO MATERIAL DE CAMPO

Foram levantadas algumas categorias de análise a partir da fala das crianças, o material coletado foi riquíssimo, composto tanto das falas quanto do material iconográfico. Trabalharemos aqui a categoria da construção das identidades migrantes das crianças e as outras duas categorias: a construção dos afetos na migração e lutos migratórios serão trabalhadas em outros artigos pela quantidade de dados para aprofundamento.

Nesse artigo destacamos uma das principais categorias que trouxemos, a partir da análise cuidadosa e refletida de todo material coletado: as crianças e a construção de suas identidades migrantes.

AS CRIANÇAS E A CONSTRUÇÃO DE SUAS IDENTIDADES MIGRANTES

Uma das questões que surge nas falas das crianças envolvidas na presente pesquisa de forma bastante frequente e significativa refere-se às suas identidades em relação à condição de pessoas migrantes. Tal condição insere o indivíduo em um choque com as diferenças encontradas no país de destino, tendo que lidar não só com o deslocamento territorial, mas também com a barreira linguística, com os deslocamentos culturais, afetivos, emocionais, profissionais e identitários.

Há, nesse processo, estranhamentos marcados por tensões e resistências, com perda de identidades, ao passo que interlocuções com novas experiências as transformam, o que nos mostra que as identidades não são estáticas e nem imutáveis, mas fluidas (Bauman, 2004). Nos movimentos imbricados nesse processo identitário, são muitas as inquietações sentidas pelos pequenos imigrantes. As marcas que trazem consigo estão sempre se relacionando às marcas de outro espaço-tempo vivido, em outro território.

Ao ouvirmos as crianças sobre suas identidades, foi notório que elas compreendem que estão em processo de deslocamento, que são migrantes, que estão em trajetórias: *“Meu nome é B. tenho 12 anos, morava em Boa Vista, agora moro em Pacaraima”* (2022).

Há, também, nas falas de algumas crianças, a busca de construção desse lugar de pertencimento, ora na busca de um modo de ser novo, ora relembrando seu lugar de origem. Então, há uma constante negociação expressa entre “sou brasileiro” ou “sou venezuelana” de modo que, por mais que essa tensão entre “quem sou eu?” exista, não há um esquecimento de onde vieram.

Por outro lado, vimos também uma espécie de esvaziamento, ou “esquecimento” do passado, em que o processo migratório toma o protagonismo na constituição dessa identidade, tornando-se tudo o que são: *“Não tenho história, somente que a minha história é que vivia em um país e saí para viver nesse país, para viver bem”* (N. 11 anos, 2021).

Essa tensão identitária se dá no processo de deslocamento, o que Hall (2006) apresenta como tradução:

Pode ser tentador pensar na identidade, na era da globalização, como estando destinada a acabar num lugar ou noutro; ou retornando a suas “raízes” ou desaparecendo através da assimilação e da homogeneização. Mas esse pode ser um falso dilema. Pois há uma outra possibilidade: a da tradução. Esse conceito descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas (Idid, 2006, p. 88-89).

A relação com o vínculo com seu país de origem é evidenciada ao escutarmos uma criança sobre o desenho que fez após a mediação da leitura do livro *Reino do Aqui: "Eu fiz um castelo do amor coloquei a bandeira da Venezuela, a bandeira do Brasil e a bandeira do amor"* (M. 09 anos, 2022). Em muitas situações as crianças apresentavam e falavam da bandeira dos dois países unidas. Colocar as bandeiras do seu país e do qual vive agora lado a lado nos traz a reflexão de que a construção identitária se desloca e se cruza. Quando há deslocamento, isso se evidencia ainda mais, como é possível perceber pela fala de outra criança no momento que desenhava e dialogava com a pesquisadora e seu grupo de colegas:

- *Eu não sou venezuelana* - afirmou a criança.
- *Você é brasileira?* - a educadora perguntou.
- *Mentira! Ela é venezuelana!* - algumas crianças falaram.
- *Eu vivia na Venezuela e agora vivo no Brasil.* - ela responde.
- *É um pouco de cada? Ou prefere ser brasileira ou venezuelana?* - Perguntamos.
- *SOU BRASILEIRA!* - Ela responde (J. 08 anos, 2022).

Como lidar com essa tradução? É possível? Como acolher as crianças em refúgio quando há tensão entre a sua própria identidade, em saber de onde é? Como possibilitar produções de diferenças para que as identidades possam (co)existir? Urge repensarmos as identidades e ampliarmos a compreensão de que a identidade se dá, também, nas relações com outras pessoas, dialogicamente.

[...] para que possamos atribuir um caráter positivo à identidade, talvez tenhamos que em algum momento recusar ou desconstruir identidades já estabelecidas e validadas socialmente, ou ainda colocá-las em um caráter de provisoriedade, sempre abertas à incerteza e ao devir. A identidade que nos interessa é, portanto, "provisória", múltipla e híbrida – um campo de possíveis para a produção de si, para a produção da própria vida – e que constitui um dos elementos fundamentais para a compreensão dos incessantes

movimentos e permanentes transformações que caracterizam o processo de trabalho e os fluxos migratórios na contemporaneidade (Corsini, 2006, p.31).

As trocas sociais entre os migrantes e não migrantes possibilitam a interação/relação social, fazendo com que, enquanto produzem e reproduzem manifestações, ressignifiquem suas identidades na relação com o outro, estabelecendo outras conexões e outros modos de ser e estar no mundo. Nesse processo, os movimentos migratórios vão possibilitando a criação de uma nova identidade para o sujeito que migra, naquela cultura em que ele se insere, ao passo que também reforça o elo que ele tem com seu local de origem. E também vai transformando aqueles que os recebem nesses processos de troca intercultural.

A construção das identidades das crianças migrantes é descrita por elas nesse ir e vir constante, de modo que são afetadas na dispersão, no deslocamento. O que as afeta e o que move suas almas, anseios, tristezas e motivações? Essas questões aparecem o tempo todo em suas falas e expressões artísticas durante as atividades da pesquisa.

Em termos concretos e simbólicos, as experiências de exílio e migração são fortes e complexas. Castro (2005) nos apresenta um paralelo importante entre essas viagens internas e externas que acontecem simultaneamente na alma migrante:

O significado da migração é entendido não apenas como uma mudança geográfica, externa ao universo psíquico do indivíduo, mas o processo concreto de mudança acarreta toda uma alteração nos níveis psíquicos consciente e inconsciente, e encontra-se relacionado a um processo que tem sua origem no universo simbólico das pessoas

No que consiste, em termos simbólicos, a migração: uma viagem, uma busca, um caminho, uma peregrinação, uma retirada. O abandono de um lugar conhecido, seguro ou não, em prol do desejo, ou da necessidade, de algo mais, de

chegar a conquistar um estado de satisfação. Esse caminho que o migrante percorre em sua vida objetiva representa a concretização de um outro caminho, no nível psíquico, de permanente confronto da consciência com o inconsciente, com o psiquicamente desconhecido. Como o migrante, a consciência constrói-se dinamicamente nesse processo. A personalidade vai sendo ampliada e transformada no decorrer dessa jornada (Castro, 2005, p.96).

E estes novos caminhos percorridos pelas crianças migrantes, sejam em níveis geográficos ou psíquicos, são determinantes na construção de novas culturas afetivas. As crianças constroem suas “culturas afetivas” no contexto da migração a partir dessa relação com o novo lugar, onde se constrói, principalmente, a partir das ausências e presenças de quem ficou e do novo que se apresenta, numa espécie de diáspora dos afetos.

A alteridade, o que ficou para trás e os outros que se vão apresentando são as figuras centrais das narrativas das crianças, que se descrevem o tempo todo como seres afetados pelas ausências e pelas presenças das pessoas. Mesmo as questões de espaço físico, como o lar abandonado, passam por esse “lugar” dos afetos. As referências sobre o lugar de onde vieram passa sempre pela afetividade, pelas pessoas que ficaram e fazem falta, pelos amigos, família. Os lugares que são lembrados sempre se referem a lugares onde os encontros aconteciam e os vínculos se davam: as praças, as casas ou as escolas. Não se fala de coisas, objetos ou estruturas sem vinculá-las a esse lugar de morada dos afetos.

A partir de Le Breton (2019, p. 42), quando diz que “na origem de toda existência humana, o outro é a condição de sentido: ele é fundador da diferença e, assim, do elo social. Um mundo sem outras pessoas é um mundo sem elo social, destinado à dispersão e à solidão” percebemos que o outro para a criança é, evidentemente, a estrutura que organiza a ordem de significado do mundo. Seja o outro que ficou e que deixou um lugar vazio,

de saudade e de dor, quanto o outro que se apresenta, como, por exemplo, as crianças da nova escola, as pessoas dos projetos e mesmo nós, os pesquisadores.

É importante frisarmos que, quando falamos de afetividade, de culturas afetivas e emocionalidades, partimos do pressuposto de que as mesmas se dão no concreto e são cultural e socialmente modeladas, isto é:

(...) a expressão das emoções parece emanar da intimidade mais secreta do sujeito; entretanto, elas também são social e culturalmente modeladas. Os gestos que sustentam a relação com o mundo e que colorem a presença não provêm nem de uma pura e simples fisiologia, nem unicamente da psicologia: ambas se incrustam a um simbolismo corporal que lhes confere sentido, nutrindo-se ainda, da cultura afetiva que o sujeito vive à sua maneira (Le Breton, p. 9, 2019).

A afetividade se relaciona com o sentido, ela não finca suas raízes apenas na concretude presente de uma situação, ela pode antecipar um acontecimento e assim misturar-se ao imaginário ou fantasias, os quais igualmente produzem emoções reais. O imaginário projeta significado sobre o acontecimento futuro e produz, antecipadamente, uma emoção que repercute fortemente sobre o momento presente. A afetividade não se equipara à aferição objetiva de um fato, ela decorre de um emaranhado de interpretações de significados vividos (Le Breton p. 147, 2019).

As emoções não têm uma realidade em si, constroem-se na teia de significados que definem formas de descrevê-las e exprimi-las. São “emanações sociais” (idem) que misturam a sensibilidade de cada indivíduo e circunstâncias morais. A afetividade se manifesta dentro de um sistema de valores construídos. Não são fruto de um automatismo mental, mas de uma cognição que dá significado e sentido aos acontecimentos.

Em uma atividade que abarcou a participação de mães das crianças que estavam em Boa Vista, observou-se que para elas essa afetividade e emoções se manifesta de forma diferente, a repercussão íntima é diferente e se expressa fortemente olhando para o passado e para os vínculos que ficaram enquanto a criança expressa a saudade e a falta do que ficou, mas consegue, de forma mais resiliente, projetar o futuro e imaginar o novo.

Essa experiência individual está ligada à experiência dos outros membros, as crianças entrelaçam suas emocionalidades na cultura que se constrói nesses espaços de migração a partir das construções culturais que já possuem. Percebemos a frequência das falas comuns das crianças sobre as ausências das avós, figuras importantíssimas na cultura venezuelana e nas culturas originárias de parte da América Latina. Os afetos são experimentados e exprimidos pelo indivíduo como parte do repertório cultural desse grupo. As culturas afetivas estão em constante construção social e ancoradas nela.

Entender a trama social e a cultura afetiva de cada grupo específico de crianças migrantes é essencial para entender esse movimento complexo da expressão das emoções e de como se narra. Nesse contexto das crianças venezuelanas, o país, as cores da bandeira e da natureza aparecem como lugares afetivos dessa pátria que se deixou. A Venezuela é quase uma personagem da família nas falas e descrições. É um outro que sintetiza todos os outros afetos, quando falam na “Venezuela” é quase uma personagem feminina maternal e amada da qual elas sentem saudades.

Muitas narrativas das crianças alojadas em Pacaraima falam desse “entrelugar” da saudade. Afirmam gostar de “algumas coisas” do lugar onde se encontram, mas sentem falta do antes. Lembram daquilo que

deixaram e celebram o novo, porém, ainda nesta construção de identidade tão comum ao migrante: o “entrelugar” onde tento me reconstruir.

“Eu tenho vontade de abraçar meus primos, de voltar para lá. Lá tem muitos parques, tem uma praça que tem patos, pontes” (H. 11 anos, 2021).

“Na Venezuela tem muitas ruas e as pessoas ficam mais nas ruas e falam espanhol como a gente” (M. 10 anos, 2019).

“Algumas coisas são muito difíceis em português, como falar “casas sujas” (M. 9 anos, 2019)

“Na Venezuela tem bonecas e bichos de pelúcia. Aqui só tem futebol todo tempo. Pensei que aqui teríamos brinquedos e que a mamãe poderia comprar brinquedos” (J. 10 anos, 2022).

Ainda sobre as crianças que participaram da pesquisa na cidade de Pacaraima, é preciso destacar que, principalmente para aquelas que haviam chegado recentemente, a memória do momento da travessia aparece de forma bastante intensa. As situações ocorridas na passagem entre Brasil e Venezuela é muito presente nas falas e construções narrativas das crianças, principalmente os percalços e dificuldades. Muitas falam do momento da saída e narram as dores da viagem: a fome, os meios de transporte precários, o atravessar no meio do mato, a separação da família na travessia, como podemos ver na seguinte fala: “A viagem foi difícil, foram 3 dias. Eu pensava que no Brasil haviam parques, casas. Que teríamos um conforto como na Venezuela” (M. 10 anos, 2019).

As dificuldades e os preconceitos xenofóbicos na busca para encontrar esse lugar no novo país também estão presentes em suas falas pelos que já estão inseridos nas instituições, principalmente na instituição escolar que aparece marcada pelo olhar do estranho, do não

pertencimento. Expressões pejorativas como “veneco” são relatadas como usadas contra eles para colocá-los na categoria do “Outro”, do “estrangeiro” que invade e toma o nosso lugar.

- *“Nos chamam de Veneco. Que tua família não serve, que sua família é horrível, é mal, que não serve para nada, Isso é o que significa Veneco. Não sei porque falam isso...Me sinto mal” (A. 11 anos, 2019).*

“Os meninos brasileiros fazem muito bullying. Uma criança Venezuela se fizer bullying seus pais vão bater e ele vai parar de fazer. Dizem muitas grosserias. As meninas são um pouco mais calmas que os meninos, mas falam muitos palavrões” (C. 10 anos, 2019).

“Falam que querem fazer uma coisa com o Maduro, querem lançar uma bomba para o Maduro. Querem que a gente não venha mais da Venezuela. Na minha classe não querem venezuelanos. Na minha classe tem muitas crianças que falam espanhol, aprender a falar espanhol, mas não para falar bem, mas para falar mal dos venezuelanos... alguns aprendem a falar espanhol para dizer que não gostam de nós. A professora não vê porque é no recreio” (R. 9 anos, 2019).

O impacto causado pela separação da família nos processos de deslocamento e dispersão aparece de forma frequente nas falas emocionadas das crianças que, no contexto da experiência migratória, vivenciam também uma forma de diáspora dos afetos, como um lugar de inflexão onde as experiências e vínculos consolidados se juntam com as experiências em curso e com as expectativas do que virá, como podemos perceber na narrativa de A. (12 anos, 2022): “Eu quero trazer minha família, minha avó, meus primos e minha tia. Quando chegamos no Brasil, foi triste deixar minha família na Venezuela. A família estava chorando quando eu vim...”. Nessas perspectivas e percepções as crianças venezuelanas chegam ao Brasil esperando e esperançando uma vida melhor, mesmo que o estar aqui seja repleto de percalços. Esperançar no sentido freireano de desejar e

de construir cotidianamente outros modos de viver com dignidade, ou seja, a busca da cidadania que urge à espera de políticas públicas efetivas para que sejam acolhidas como cidadãs (Freire, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração é um fenômeno social e mundial, e a migração infantil traz em si muitas especificidades, o que faz desse tema presença importante na agenda das políticas públicas, no debate acadêmico e nos fóruns da sociedade civil.

Compreender as nuances que envolvem os fluxos migratórios e o universo infantil é uma forma de nos aproximarmos do cotidiano da criança migrante. Neste trabalho, propusemos a reflexão sobre as condições em que se encontram as crianças venezuelanas migrantes que estão vivendo nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, no estado de Roraima, região considerada porta de entrada da população migrante venezuelana.

A pesquisa aqui apresentada teve como objetivo conhecer essas crianças, suas histórias e suas perspectivas por meio da escuta de suas próprias narrativas, o que se demonstrou desafiador para nós adultos e para as crianças. Entre os principais desafios enfrentados, tivemos o encontro com as culturas infantis e a necessidade de acolhermos o não compreendido, de termos a humildade de perguntar, ouvir e refletir sem generalizações ou preconceitos, pois além da complexidade já presente na escuta das crianças, ainda trabalhávamos com contextos culturais diversos. Em alguns momentos, os espaços não se mostravam apropriados ao que idealizávamos para essa escuta, pela precariedade ou até falta de privacidade apenas com as crianças. Esses enfrentamentos nos trouxeram mais perto da pesquisa

“real” em ambientes de abrigos e acolhimento de pessoas migrantes, deslocando-nos da zona de conforto e da idealização dos espaços de pesquisa.

Percebemos que, na grande maioria das pesquisas sobre deslocamentos populacionais, as crianças não figuram como centro do debate e tão pouco as reflexões são baseadas em suas próprias narrativas. Incentivar estudos pautados no interesse pela criança migrante e sua fala, poderá contribuir para o melhor entendimento sobre em quais condições essas crianças vivem e quais são suas principais demandas.

Receber atenção, carinho, ter um lugar seguro e limpo para morar, frequentar a escola e brincar são algumas das principais necessidades apontadas pelas próprias crianças. Contudo, dentre elas, chamou-nos a atenção a confiança e/ou esperança que as crianças migrantes venezuelanas depositam no processo de escolarização como caminho para uma vida segura e feliz. Quando perguntadas sobre seus sonhos e desejos, a maioria das crianças disseram que queriam ser “doutora”, seguido pela carreira de policial.

Diante deste cenário podemos nos perguntar: o que a criança migrante venezuelana diz sobre o desejo de estudar e sobre a garantia de vida segura que a escolarização representa para ela é digno de ser escutado pelas pesquisas em políticas públicas educacional para as infâncias? Como as escolas e políticas educacionais têm olhado para as crianças migrantes?

Acreditamos que estas são perguntas sobre as quais toda a sociedade deverá refletir e se debruçar. Neste sentido, entendemos que considerar a criança migrante como sujeito ativo no fenômeno migratório e conhecer esse processo por meio de sua perspectiva identitária é imprescindível para

que se possa avançar nos debates sobre seus direitos e a efetivação deles, além de criar espaços para a participação delas sobre o que delineará seu próprio futuro em novos territórios.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Refugiados e migrantes:** perguntas frequentes. 22mar2016.

Disponível em:

<https://www.acnur.org/portugues/2016/03/22/refugiados-e-migrantes-perguntas-frequentes/> Acesso em: 25jun2023.

ACNUR. **Refúgio em Pauta:** Miguel Pachionir. Local: Agência da ONU para refugiados (ACNUR) e Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) Podcast. 2022.

Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/podcast/> Acesso em: 10jun2023.

ARRUDA-BARBOSA, Loeste de; SALES, Alberone Ferreira Gondim; e SOUZA, Iara Leão Luna de. **Reflexos da imigração venezuelana na assistência em saúde no maior hospital de Roraima: análise qualitativa.** Revista Saúde Soc. São Paulo, v.29, n.2, 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade entrevista a Benedetto Vecchi.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta.** Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BASTOS, Sênia Regina; RAMEH, Ladjane Milfont; BITELLI, Fábio Molinari. **O conceito de hospitalidade de Jacques Derrida nos artigos científicos do Portal de Periódicos da Capes.** Anais do Seminário da ANPTUR, 2016.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura.** Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima e Gláucia Renate Gonçalves. 2ªed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

CARVALHO, Janaína Nogueira Maia; ADEGAS, Fernanda Victória Cruz; SILVA, Camila Ferreira da; e BROSTOLIN, Marta Regina. **A Sociologia da Infância:**

possibilidade/s de voz e ação da criança e sua/s infância/s. Campo Grande - MS: Editora UFMS, 2020.

CASTRO, Ana Laura Rabelo Araújo. **Você é daqui? A subjetividade de famílias brasileiras em movimento de migração interna.** Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2005. Disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97694/castro_alra_me_asis.pdf;jsessionid=96D33A54307060DA6AAB0715E3E205F2?sequence=1

CORSARO, William. **Sociologia da Infância.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CORSINI, Leonora. **Repensando a identidade no contexto das migrações.** Psicologia & Sociedade; 18 (3): 23-33; set/dez. 2006.

DERRIDA, Jacques. **Da hospitalidade.** São Paulo: Escuta, 2003.

FABIANO, Maria Lúcia Alves. **Migração infantil: aspectos e implicações para crianças e adolescentes.** Pesquisa e Reflexão em Educação Básica: Cadernos do Aplicação. Porto Alegre | jul-dez. 2021 | v.34 | n.2.

FERNANDES, Natalia. **A investigação participativa no grupo social da infância.** Currículo sem Fronteiras, v.6, n.1, pp.25-40, Jan/Jun 2006.

FERNANDES, Natalia; TOMÁS, Catarina. **Participação e ação pedagógica: a valorização da(s) competência(s) e ação social das crianças.** | Revista Educativa, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 201-216, jul./dez. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido.** 32ªed. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

FRIEDMANN, Adriana. **A vez e a voz das crianças.** São Paulo: Editora, Panda Educação, 2020.

GUIMARÃES, Daniela. As manifestações infantis e as práticas pedagógicas. In: NASCIMENTO, Anelise Monteiro. (org.). **Educação infantil e ensino fundamental: contextos, práticas e pesquisa.** Rio de Janeiro: NAU Editora, EDUR, 2011, pp. 49-54.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KRAMER, Sônia. **Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças.** Cadernos de Pesquisa, nº 16, julho de 2002. In: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14398.pdf> Acesso em 30jun2023.

LE BRETON, David. **Antropologia das emoções.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MAGALHÃES, Silvana Bezerra de. **O Reino do Aqui.** Nova Friburgo-RJ: Sabor de Leitura, 2020.

NORÕES, Katia Cristina e SANTIAGO, Flávi. (org.). **Dossiê: Migrações internacionais e infâncias.** Revista Zero-a-Seis. v. 23, n. 43. mar. 2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **O imigrante na política educacional brasileira: um sujeito ausente.** Práxis Educativa. Vol. 15 Universidade Estadual de Ponta Grossa: 2020.

ORLANDIR, Ana Paula. **Sujeitos Invisíveis.** Revista FAPESP. Outubro, 2021. Página da web. Disponível em <<https://www.unhcr.org/refugee-statistics/>> Acesso em 30jun2023.

PAIVA, Odair da Cruz. **Histórias da (I)migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI.** São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013.

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel (coords.). **As crianças: contextos e identidades.** Braga: Universidade do Minho, 1997.

QVORTRUP, Jan et al. **Childhood matters: social theory, practice and politics.** Aldershot: Avebury, 1994

SOUZA, Carla Monteiro. **Boa Vista/RR e as migrações: mudanças, permanências, múltiplos significados.** Boa Vista: Revista Acta Geográfica, Boa Vista, ano III, n. 5, 2009.

SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio; COSTA, Luiz Fernando; MACEDO, Marília. **Refúgio em Números**, 6ª Edição. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

SOARES, Natalia Fernandes. **Os Direitos das crianças nas encruzilhadas da proteção e da participação.** 7 n. 12 (2005): Revista ZERO-A-SEIS (JUL./DEZ. 2005).

SIROTA, Regine. **Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 112, p. 7-31, mar. 2001.

UNICEF. **Uma Criança é uma Criança: Proteger as crianças em movimento contra a violência, abusos e exploração.** Relatório biênio 2015-2016.

Recebido em 28 de Maio de 2024.
Aceito em 24 de Setembro de 2024.